

PROCESSO SELETIVO 007/2020

JULGAMENTO DOS RECURSOS

RECURSO NÚMERO 01

Referente a questão 4) Na frase "Não se preocupe, haverá outras oportunidades."
Qual o pronome se refere:

- a) Pronome interrogativo
- b) Pronome indefinido
- c) Pronome relativo
- d) Pronome possessivo

Não se sabe ao certo a qual pronome se refere a questão, uma vez que temos dois pronomes na frase apresentada, sendo eles : "se" e "outras". O trecho: " *Qual o pronome se refere:* " é sintaticamente mal formulado, de interpretação confusa, onde não se sabe ao certo se o mesmo se refere ao pronome "se" ou "outras".

Se a referência é em relação ao pronome "se", este deveria ao menos estar destacado na questão, ou em negrito, itálico ou mesmo entre aspas. Vale lembrar que o pronome "se" nesta frase é um pronome reflexivo e o pronome "outras" sim, é um pronome indefinido. Sendo assim, sugiro que a questão seja anulada.

Referências:

Gregorim, Clóvis Osvaldo. Michaelis - Português-Gramática Prática. 1ª Edição. Editora Melhoramentos.

Sites: <https://www.normaculta.com.br/tipos-de-pronomes/>

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/pronomes-teoria-fundamental/>

RECURSO: Solicitação de anulação de questão 04. Candidata: Nº da inscrição: 029

RESPOSTA: HOUVE UM ERRO DE DIGITAÇÃO NESTA QUESTÃO. ESQUECEU-SE DE DESTACAR A PALAVRA **OUTRAS**.

SENDO ASSIM, COMO HÁ NA FRASE HÁ MAIS DE UM PRONOME: FICOU IMPOSSIVEL SABER A QUAL PRONOME A PERGUNTA SE REFERIA.

POR ISTO ESTA COMISSÃO OPTOU POR ANULAR A QUESTÃO NÚMERO 4, CONSIDERANDO-A CORRETA PARA TODOS OS CANDIDATOS.

RECURSO NÚMERO 2

Solicito anulação da questão 14 de conhecimentos gerais em vista que o presidente Jair Bolsonaro sancionou o benefício emergencial na data do dia 02/04/2020 conforme a LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020 a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e não no dia 01/04/2020 como aponta o gabarito provisório. Abaixo as leis mencionadas acima: LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020 http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

RECURSO: Solicitação de anulação de questão 14. Candidata: Nº da inscrição: 002

RESPOSTA: REVENDO A QUESTÃO FOI CONSTATADO QUE A OPÇÃO CORRETA NÃO CONSTAVA ENTRE AS ALTERNATIVAS DE RESPOSTA.

SENDO ASSIM, OPTOU-SE POR ANULAR A QUESTÃO E CONSIDERÁ-LA CORRETA PARA TODOS OS CANDIDATOS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL DE APIÚNA